



A construção da presença romana no Baixo Reno: militarização, reassentamento e urbanização entre os séculos I AEC e I EC

The construction of the Roman presence in the Lower Rhine: militarization, resettlement, and urbanization between the 1st Century BCE and 1st Century CE

Matheus Morais Cruz¹

<https://orcid.org/0000-0001-5821-6056>
matheusmrcruz@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.25187/codex.v13i2.68841>

RESUMO: Este artigo analisa a construção da presença romana no Baixo Reno entre os séculos I AEC e I EC, com foco nas estratégias de expansão, controle territorial e reorganização sociopolítica implementadas por Roma em uma de suas principais zonas de fronteira. Partindo da invasão da Gália e das campanhas militares promovidas por Júlio César e seus sucessores, o estudo examina os impactos da ocupação romana sobre a paisagem humana e ambiental da região, bem como as transformações administrativas e infraestruturais decorrentes da militarização do Reno. Destacam-se, nesse processo, a fundação de colônias e a adoção de políticas de reassentamento, como exemplificado pela migração forçada dos úbios e a formação do grupo dos cugernos. O caso da Colônia Úlpia Trajana, na atual cidade de Xanten, é analisado em detalhe como exemplo paradigmático da articulação entre presença militar, urbanização e construção identitária. A partir da combinação de fontes textuais e evidências arqueológicas, o artigo demonstra que a romanização do Baixo Reno foi marcada por negociações locais, resistências culturais e adaptações pragmáticas por parte do poder imperial. Ao investigar os mecanismos empregados por Roma para consolidar sua autoridade sobre territórios de fronteira, o estudo contribui para uma compreensão mais matizada dos processos de dominação e integração que caracterizaram o avanço imperial romano no oeste e centro-oeste da Europa.

PALAVRAS-CHAVE: Baixo Reno; Germânia; Romanização; Reassentamento; Colônia Úlpia Trajana.

ABSTRACT: This article analyzes the construction of the Roman presence in the Lower Rhine between the 1st century BCE and 1st century CE, focusing on the strategies of expansion, territorial control, and sociopolitical reorganization implemented by Rome in one of its main frontier zones. Starting from the invasion of Gaul and the military campaigns led by Julius Caesar and his successors, the study examines the impacts of Roman occupation on the human and environmental landscape of the region, as well as the administrative and infrastructural transformations resulting from the militarization of the Rhine. Highlighted in this process are the founding of colonies and the adoption of resettlement policies, exemplified by the forced migration of the Ubii and the formation of the Cugerni group. The case of Colonia Ulpia Traiana, in the present-day city of Xanten, is analyzed in detail as a paradigmatic example of the interplay between military presence, urbanization, and identity construction. By combining textual sources and archaeological evidence, the article demonstrates that the Romanization of the Lower Rhine was marked by local negotiations, cultural resistances, and pragmatic adaptations on the part of the imperial power. By investigating the mechanisms employed by Rome to consolidate its authority over frontier territories, the study contributes to a more nuanced understanding of the processes of domination and integration that characterized the Roman imperial expansion in western and mid-western Europe.

KEYWORDS: Lower Rhine; Germania; Romanization; Resettlement; Colonia Ulpia Traiana.

¹ Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Membro pesquisador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP-MAE-USP), do Grupo de Pesquisa Numismática Antiga (MAE-USP) e do Grupo de Pesquisa (CNPq) Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE-MAE-USP/FURG).



Introdução

Entre os séculos I AEC e I EC, a presença romana na região do Baixo Reno consolidou-se por meio de um conjunto articulado de estratégias militares, políticas, administrativas e culturais. A zona limítrofe entre os domínios imperiais e os territórios da Germânia Magna — também conhecida como Germânia Livre e Barbárico — tornou-se um espaço de intensa transformação, onde se sobrepuseram processos de ocupação, reassentamento populacional e reorganização territorial. Nesse contexto, a ação romana não se limitou à imposição bélica, mas envolveu a construção de infraestrutura, o aproveitamento de alianças locais e a fundação de novos centros urbanos, configurando uma ocupação seletiva voltada ao controle estratégico da região.

Este artigo analisa a construção da presença romana no Baixo Reno a partir de três eixos centrais: a expansão romana e seus efeitos sobre a organização socioterritorial da Europa ocidental e centro-ocidental; o papel da infraestrutura e da militarização na consolidação da fronteira renana; e os processos de reassentamento e formação identitária exemplificados pelo caso dos *cugerni* e da Colônia Úlpia Trajana. Ao enfatizar a articulação entre domínio militar e práticas de integração local, busca-se compreender como Roma estruturou sua presença em uma das zonas mais instáveis e simbólicas do Império.

A análise combina fontes textuais e evidências arqueológicas recentes, destacando o caráter dinâmico e negociado da romanização em territórios de fronteira. Longe de constituir um projeto imperial uniforme, a atuação romana no Baixo Reno revela-se marcada por adaptações pragmáticas, negociações com elites locais e estratégias de longo prazo para assegurar o controle político e econômico da região. Nesse sentido, o estudo contribui para uma compreensão mais matizada da presença romana no centro-oeste da Europa e dos mecanismos de integração e resistência postos em curso na construção do poder imperial.

A expansão romana e seu impacto sobre o oeste e centro-oeste da Europa

No início das Guerras Gálicas (58–50 AEC), o domínio romano na Europa Ocidental restringia-se a duas regiões: a Alta Itália e o território compreendido entre o mar Mediterrâneo e as cadeias montanhosas das Cevenas e dos Alpes. Essas áreas haviam sido incorporadas ao controle romano no século II AEC e organizadas como províncias com os nomes de Gália Cisalpina e Gália Transalpina, esta última posteriormente denominada Gália Narbonense (Freyberger, 1999; Gros, 2008; Ralston, 2019).

Ao assumir o governo da Gália, César encontrou a porção oriental da Gália Narbonense fazendo fronteira com as tribos gaulesas dos éduos (*aedui*), sequanos (*sequani*) e helvécios (*helvetii*), as quais estavam sob constante ameaça de incursões por parte de povos germânicos, como os suevos (*suebi*) (Kunow, 2002, p. 27) (Cf. Figura 1). De acordo com o próprio César (*Bellum Gallicum*, I.10), os helvécios planejavam migrar para a região dos santões (*santones*), na costa ocidental da Gália, o

na margem ocidental do Reno, elas passaram a constituir uma fronteira natural entre os domínios romanos e os territórios da Germânia Magna.

A expansão romana produziu efeitos profundos e duradouros sobre as regiões oeste e centro-oeste da Europa, impactando múltiplas dimensões da vida local — sociais, culturais, políticas, econômicas e geográficas. Os conflitos provocaram o esgotamento de recursos financeiros, a morte ou escravização de milhares de membros de tribos insurgentes, o abandono de assentamentos, como grandes *oppida* e *castelli*, bem como o saque e a destruição de numerosos aglomerados rurais (Ralston, 2019, pp. 66–72). A presença romana não apenas desestruturou as formas de ocupação anteriores, como também provocou alterações substanciais nas paisagens naturais habitadas por essas populações durante a Idade do Ferro. Tais transformações são atestadas por estudos palinológicos e paleobotânicos, que identificam mudanças expressivas na cobertura vegetal e no uso do solo (Bunnik *et al.*, 1995; Buurman, 1990; Kreuz, 1999).

Na Germânia, um exemplo emblemático desses impactos pode ser observado nas planícies de loesse situadas a oeste de Colônia. Durante a Idade do Ferro Tardia (*ca.* 250–50 AEC), essas áreas apresentavam sinais de uso intensivo: os bosques eram destinados ao cultivo de cereais, enquanto as áreas de florestas serviam amplamente para a pastagem de ovelhas e cabras. Essa dinâmica provocou a erosão dos solos de loesse nas encostas e a substituição das florestas de carvalhos e pinheiros por vegetação de charneca (*heath*). Contudo, a partir de aproximadamente 50 AEC, com o avanço da presença romana e a subsequente redução demográfica — evidenciada por fontes textuais e dados arqueológicos —, observa-se um processo de regeneração parcial da cobertura florestal. A vegetação de charneca foi gradualmente substituída por espécies arbóreas, como pinheiros, carvalhos e faias, indicando um estágio de recuperação ambiental vinculado à reconfiguração sociopolítica regional.

É provável que essa tenha sido a paisagem encontrada pelos primeiros colonos romanos na região de Colônia nos anos iniciais do século I EC. Essa configuração ambiental, no entanto, foi novamente transformada na segunda metade do mesmo século, em decorrência da intensificação das atividades agrícolas, especialmente o cultivo de cereais, e da criação de gado (Bridger, 2008, pp. 607–608).

Ainda que algumas tribos, como os eburões e os aduáticos (*atuatuci*), tenham desaparecido dos registros textuais — provavelmente absorvidas por outros grupos —, há evidências arqueológicas que apontam para a continuidade da ocupação em diversas regiões. No território dos tréveros (*treveri*), por exemplo, observa-se o crescimento de grandes *oppida* após o fim das Guerras Gálicas, destacando-se especialmente o assentamento de Titelberg (Metzler, 1984). De forma semelhante, no território dos batavos (*batavi*), localizado a oeste do Baixo Reno, há indícios claros de permanência populacional e da continuidade de tradições construtivas germânicas em estruturas rurais, com a inclusão de elementos arquitetônicos romanos incorporados ao modelo local (Willems, 1986, pp. 89–92).

Apesar disso, os anos imediatamente posteriores às Guerras Gálicas assistiram à fundação de apenas algumas colônias romanas, todas situadas em áreas mais próximas à Gália Narbonense. Destacam-se, nesse contexto, a fundação de Augst, em 44 AEC, na região do Alto Reno, e de Nyon, em 45 AEC, às margens do Lago de Genebra. A escolha desses locais deveu-se à sua posição

geográfica estratégica, uma vez que estavam situados ao longo de rotas que garantiam acesso facilitado às demais regiões da Gália. Ademais, o retorno de César à Itália e a subsequente eclosão da Guerra Civil Romana interromperam momentaneamente os esforços de Roma no sentido de anexar, reorganizar e administrar os novos territórios conquistados. A consolidação dessas iniciativas, com a criação de um aparato administrativo estável, só se efetivaria durante o governo de Augusto (Bechert, 2007, pp. 17–19; Eck, 2021, pp. 109–110).

Infraestrutura e controle: a militarização da fronteira renana sob Augusto e seus sucessores

Após sua vitória sobre Marco Antônio em 31 AEC, Augusto iniciou uma política de restauração formal da República, enquanto expandia gradualmente seu poder (Eck, 2007, pp. 24–33; 46–58). Essa estratégia foi acompanhada pela promoção da paz interna e pelo prestígio obtido em campanhas contra inimigos externos, sobretudo além do Reno e dos Alpes. Para tal empreitada, Augusto contou com o apoio decisivo de Marco Vipsânio Agripa, em quem depositava grande confiança desde os primórdios de sua carreira (Bechert, 2007, pp. 12–14; Eck, 2007, p. 59–75; Kunow, 2002, p. 33; Reddé, 2021, p. 66).

Embora parte da Gália tivesse alcançado relativa estabilidade após as campanhas de César, as regiões orientais, próximas ao Reno, permaneceram marginalizadas e vulneráveis a conflitos (Eck, 2021, p. 109). Dentre essas tensões destacam-se as incursões dos suevos entre os rios Reno e Mosela, revoltas motivadas por tributos e a derrota de Marco Lólio, então governador da Gália Bélgica, e da Legio V frente a tribos germânicas em 17–16 AEC (Bechert, 2007, p. 17; Eck, 2007, p. 49 e 68).

Para administrar os territórios recentemente conquistados, Augusto adotou uma série de estratégias políticas e militares. Além das campanhas contra tribos situadas além dos Alpes e do Reno (Eck, 2007, pp. 135–136), outra ação relevante foi a política de reassentamento de populações tribais conforme os interesses de Roma (Bechert, 2007, pp. 17–19; Eck, 2021, p. 110; Kunow, 2002, p. 33; Reddé, 2021, p. 66) (Cf. Figuras 2 e 3). Um exemplo emblemático é o dos úbios (*ubii*), originalmente estabelecidos no baixo vale do rio Lahn, a leste do Reno. Após a quase completa destruição dos eburões, os úbios foram transferidos para seu antigo território, situado entre as regiões de Eifel e Ardenas e os rios Mosa e Reno (Bechert, 2007, pp. 12–14; Eck, 2004, pp. 46–101; 2007, pp. 111–112; Gechter, 1990, pp. 99–100; Todd, 2004, pp. 46–47). Esse deslocamento visava, por um lado, preencher o vácuo de poder deixado no noroeste da Gália e, por outro, recompensar os úbios — já reconhecidos por César como *amici populi Romani* (amigos do povo romano) (*Bellum Gallicum*, IV.16) — por sua fidelidade durante as Guerras Gálicas (Tácito, *Germania*, 28).

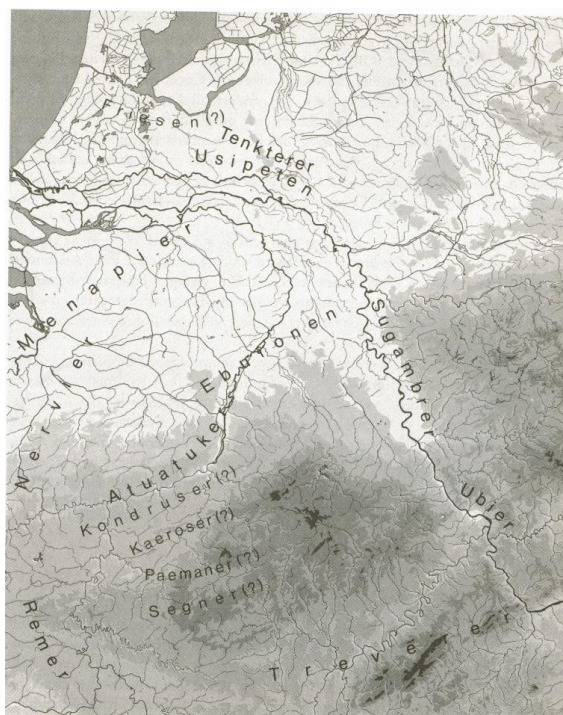


Figura 2 .Distribuição tribal no norte da Gália e na Renânia durante as campanhas de César.
Fonte: Kunow, 2002, p. 29, fig. 13.

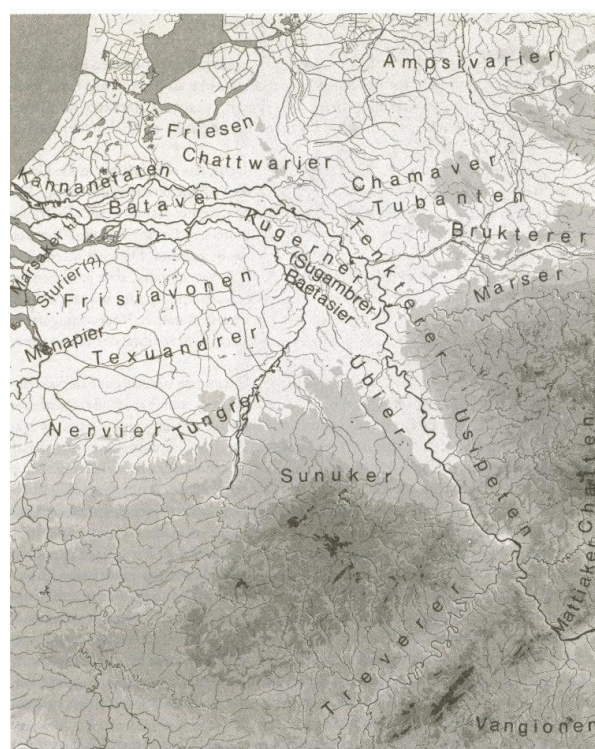


Figura 3. Distribuição tribal no norte da Gália e na Renânia sob Augusto.
Fonte: Kunow, 2002, p. 41, fig. 22.

Para além das políticas de reassentamento, Augusto promoveu reformas administrativas substanciais (Reddé, 2021, p. 66). Entre elas, destaca-se a divisão do Reno em duas zonas militar-administrativas — o Baixo e o Alto Reno — e a reorganização da Gália em *civitates* dotadas de sedes administrativas próprias e estruturas de governo local (Bechert, 2007, p. 12 e 27–28; Eck, 2004, pp. 63–126; Horn, 2002, pp. 141–142). A Germânia ocupada, antes integrada à estrutura administrativa da Gália Bélgica, passou a configurar-se como um distrito militar de status semi-provincial. Essa divisão resultou também na separação do comando militar, conferindo a cada setor a supervisão de um *legatus Augusti pro praetore*², representante direto do imperador (Eck, 2021, p. 110; Horn, 2002, p. 143).

O controle efetivo da Europa ocidental e centro-ocidental pelos romanos exigia ainda o estabelecimento de vias de acesso rápidas e seguras entre a península Itálica, o norte da Gália e a região do Reno (Gechter, 1979, p. 114; Reddé, 2021, p. 66). Essa necessidade motivou a conquista de passagens alpinas estratégicas, como os passos do Grande e do Pequeno São Bernardo, ocupados a partir de 25 AEC, bem como dos acessos orientais aos Alpes, incorporados após a anexação da província da Récia, em 15 AEC (Todd, 2004, p. 46; Wolters, 2020, p. 89).

Paralelamente, os romanos empreenderam a construção de uma ampla rede viária, que não apenas favorecia a mobilidade das tropas pela Gália e pela região do Reno, mas também assegurava rotas de comunicação e circulação para a população civil (Andrikopoulou; Jenter, 2018; Bridger, 2008, p. 608; Eck, 2021, pp. 109–110; Kunow, 2002, p. 34; Reddé, 2021, pp. 66–69; Rokohl, 2021, p. 136; Rothenhöfer, 2018, p. 73; Ruffing, 2018, p. 11; Todd, 2004, pp. 46–47) (Cf. Figura 4).

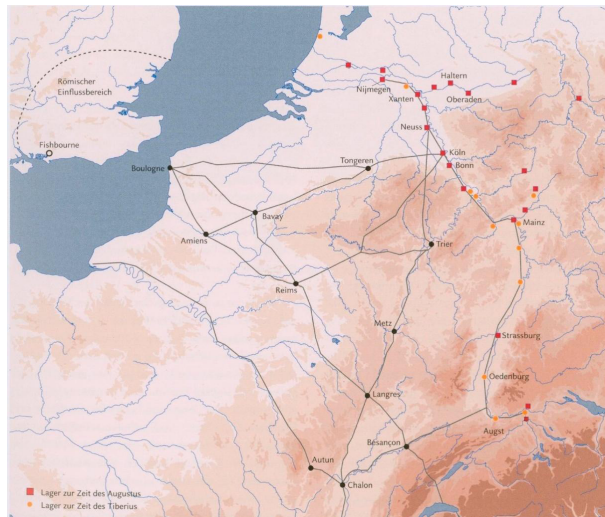


Figura 4. Principais vias terrestres no norte da Gália e Renânia e acampamentos legionários do período augustano-tiberiano na Germania.

Fonte: Reddé, 2021, p. 67, fig. 1.

² De acordo com Eck (2021, p. 110), a decisão de dividir o exército em *exercitus Germanicus inferior e superior* deve ser compreendida como uma medida voltada à contenção de eventuais riscos políticos associados à concentração de poder militar — na ocasião, cerca de um quarto das forças armadas romanas, distribuídas em oito legiões e suas tropas auxiliares — sob o comando de um único general. Ademais, como observa Bechert (2007, pp. 34–35), a atribuição do título *pro praetore* aos comandantes dessas regiões reflete não apenas sua subordinação ao imperador, investido do *imperium consulare*, mas também a concessão de jurisdição plena sobre questões civis e militares, à semelhança dos governadores das províncias formais do Império.

Ainda no início do século I EC, Augusto conseguiu concentrar um grande contingente militar ao longo do Reno, distribuído em fortificações estrategicamente conectadas por uma rota que acompanhava o curso do rio (Bödecker, 2021, p. 38; Eck, 2021, p. 109; Gechter, 1979, p. 114). A articulação entre estradas e rotas fluviais e marítimas possibilitava o abastecimento contínuo dessas tropas, assegurando sua permanência e mobilidade ao longo da fronteira renana (Bridger, 2008, p. 608; Eck, 2021, pp. 109–110; Schalles, 2008, p. 257).

Após a morte de Agripa, em 12 AEC, o imperador Augusto designou seus enteados Nero Cláudio Druso (38–9 AEC) e Tibério Cláudio Nero (42 AEC–37 EC) para dar continuidade às campanhas romanas na Germânia. Além do avanço pioneiro de Roma até o rio Elba, essas campanhas também estabeleceram bases estratégicas em cidades como Mainz, Xanten, Neuss e Nijmegen (Bechert, 2007, pp. 20–21; Kühlborn, 2008, p. 69; Kunow, 2002, p. 36), consolidando o controle romano sobre importantes rotas fluviais no Reno, Weser e Elba e garantindo o abastecimento de uma zona carente de infraestrutura logística, em contraste com a Gália já romanizada (Erdkamp, 1998, pp. 11–26, 148; Reddé, 2021, pp. 68–69; Roth, 1999, pp. 158–169; Schalles, 2008, p. 257).

Ademais, novos diques e canais, como a *fossae Drusianae* — um conjunto de canais ligando o rio Vecht ao Oceano Atlântico, com o objetivo de estabelecer uma rota mais eficiente para o tráfego entre o Mar do Norte e a Germânia Magna —, foram estabelecidos.

A política expansionista de Roma sobre os territórios da Germânia continuara até o final da primeira década do século I EC, quando os planos de romanização da região sofreram um revés dramático com a derrota de Roma na Batalha da Floresta de Teutoburgo, durante a qual três legiões sob o comando de Públio Quintílio Varo, então governador da Germânia, foram aniquiladas por uma coalizão de tribos germânicas (Heather, 2021; John, 2006, pp. 159–177; Kunow, 2002, pp. 42–45; Wolters, 2020, pp. 102–106).

Até esse momento, apesar das persistentes tensões entre romanos e tribos germânicas, diversos acampamentos militares estabelecidos entre o final do século I AEC e o início do século I EC haviam prosperado, passando, inclusive, a incorporar assentamentos civis (*vici* e *canabae*³), habitados por familiares informais dos soldados — sobretudo esposas e filhos —, comerciantes oriundos principalmente da Itália e da Gália no período inicial do Império, e membros da população local (Eck, 2021, p. 114).

Segundo Cássio Dio (*Historia Romana*, LVI.18), durante o governo de Varo foram fundadas várias cidades a leste do Reno, cuja população local teria se envolvido ativamente no comércio com os romanos. Um exemplo emblemático é o centro comercial fortificado de Lahnau-Waldgirmes,

³ As *canabae* e os *vici* constituíam formas de assentamentos civis estabelecidos nas imediações de acampamentos militares romanos, desempenhando funções essenciais no apoio logístico, econômico e social às guarnições durante o período do Principado. Sua origem remonta às primeiras instalações improvisadas por civis (*lixae*) que acompanhavam as legiões em campanha, estabelecendo-se junto às fortificações romanas (Roth, 1999, pp. 93–96). Esses núcleos habitacionais caracterizavam-se por uma intensa interação entre os soldados e uma variedade de agentes civis — comerciantes, mercadores e artesãos — oriundos de diferentes regiões do Império. Além de oferecerem infraestrutura de abastecimento, esses assentamentos lançam luz sobre a vida cotidiana dos militares, especialmente no que tange à formação de vínculos familiares informais. Em termos estruturais, as *canabae* desenvolviam-se, em geral, nas proximidades de acampamentos legionários, ao passo que os *vici* se formavam em torno das fortalezas ocupadas por tropas auxiliares.

na região da atual Hesse (Alemanha), cujos registros arqueológicos — incluindo âmbar bruto, jóias romanas como *intaglios*, e cerâmicas de tradição romana e local — sugerem que o assentamento fora concebido para fomentar o comércio duradouro com as comunidades germânicas e servir como ponto de abastecimento para as tropas (Becker; Rasbach, 2007; Rasbach, 2010). Outro exemplo bastante significativo é o assentamento de Haltern am See, que apresenta estruturas diferenciadas em relação a outros estabelecimentos militares augustanos. Evidências arqueológicas, como moedas, fíbulas e, sobretudo, cerâmica vidrada e imitações de *terra sigillata* de alta qualidade, apontam para uma possível transformação gradual do sítio de instalação militar para um núcleo dotado de funções civis, administrativas e comerciais (Kühlborn, 2008; Schnurbein, 1974).

Após a derrota nesta revolta, que representou um golpe severo à reputação de invencibilidade do exército romano, e com o objetivo de restaurar o prestígio de Roma e de evitar novas incursões germânicas, todas as fortalezas e acampamentos localizados a leste do Reno foram abandonados e a administração militar da região foi reorganizada por Augusto (Eck, 2008, pp. 243–244; 2021, p. 110; Wolters, 2020, pp. 107–111). Adicionalmente, após a transferência, em 13 EC, do comando da fronteira renana a Germânico Júlio César⁴, novas campanhas punitivas contra tribos germânicas hostis foram realizadas (Bechert, 2007, p. 23; Kunow, 2002, pp. 46–50). Apesar de seus esforços, as campanhas revelaram-se dispendiosas e de eficácia limitada. Diante das dificuldades em manter posições estáveis a leste do Reno, Tibério, já como imperador, decidiu encerrar as operações ofensivas e consolidar o Reno como fronteira definitiva do Império, marcando o início da configuração do *ripa Rheni* e, posteriormente, do *limes germanicus* (Wolters, 2020, pp. 112–113).

Esses eventos e decisões políticas atestam que, durante o governo de Augusto e seus sucessores, a política romana na Gália e, especialmente, na Germânia, caracterizou-se por uma ocupação seletiva e estratégica, mais do que por uma conquista territorial contínua. A análise das movimentações militares e das estratégias políticas adotadas por Augusto tem contradito a interpretação de Theodor Mommsen (1817–1903) e de seus contemporâneos, bastante difundida ao longo do século XX, que concebia a política de Augusto para a Germânia como parte de uma estratégia baseada em um amplo conceito de conquista. Embora Roma planejasse a ocupação das regiões a leste do Reno (cf. figura 5), estudos mais recentes, por outro lado, têm enfatizado que a atuação do imperador foi, em grande medida, determinada por respostas pontuais a circunstâncias específicas, e não por um projeto geoestratégico sistemático com fins abertamente imperialistas (Bechert, 2007, p. 20; Heather, 2021).

⁴ O cognome *Germanicus* foi originalmente concedido a Druso em reconhecimento às suas conquistas na submissão dos povos germânicos, sendo posteriormente adotado por seus filhos após sua morte. Posteriormente, o título foi utilizado pelo filho de Germânico, o futuro imperador Calígula, e, mais tarde, por outros descendentes, incluindo o imperador Cláudio e seu filho Britânico.



Figura 5. Mapa da localização da província da Germânia conforme planejada por Augusto.

Fonte: Heather, 2021, p. 96, fig. 1

Com as dificuldades impostas à consolidação do poder de Roma sobre a Germânia, a partir de 17 EC, a política romana em relação à região assumiu um caráter mais moderado, voltando-se à consolidação dos territórios sob domínio imperial, à melhoria da infraestrutura militar e ao fortalecimento das relações diplomáticas com as tribos germânicas (Bechert, 2007, pp. 23–25; Todd, 2004, p. 52). Durante o governo de Cláudio (41–54 EC), por exemplo, foram realizados importantes avanços nesse sentido: a rede viária foi ampliada e novos canais, como a *fossa Corbulonis*, que ligava os rios Mosa e Reno, foram abertos para melhorar o transporte fluvial e a logística militar (Tácito, *Annales*, XI.20). Além disso, a linha defensiva ao longo do Baixo Reno foi reforçada com a edificação de novos fortes (Bechert, 2007, p. 26; Bödecker, 2021, p. 39; Horn, 2002, p. 150; Kunow, 2002, pp. 56–59).

Durante o governo da dinastia flaviana, um novo levante, conhecido como a Revolta dos Batavos, ocorrida entre 69 e 70 EC, novamente atrasou os planos de ocupação da região (Kunow, 2002, pp. 61–62; Schmitz, 2008, pp. 117–118). A revolta, desencadeada por um acúmulo de tensões políticas, sociais e militares, resultou na destruição de acampamentos legionários e na derrota de legiões romanas, até ser contida pelo comandante Quinto Petílio Cerial (Tácito, *Historiae*, IV.13–37; IV.54–79).

Durante o governo de Vespasiano (69–79 EC), a política de fortalecimento da fronteira renana foi intensificada. Diversas fortificações foram construídas com o intuito de preencher as lacunas defensivas deixadas após a revolta, resultando em uma rede militar composta por quatro

fortalezas legionárias, uma base naval e cerca de 27 fortes auxiliares ao longo do Reno (Bödecker, 2021, pp. 42–43; Todd, 2004, p. 52; Wolters, 2020, pp. 114–116).

Posteriormente, revoltas subsequentes e instabilidades internas marcaram os governos de Vespasiano e Domiciano. Em resposta a essas ameaças, além de uma grande ofensiva contra os catos — da qual surgiu a expressão *Germania capta* utilizada como propaganda política para reforçar a legitimidade e o prestígio de seu governo (cf. figura 6), Domiciano (81–96 EC) reorganizou as forças na região, reduzindo o contingente militar e dando início à construção de um sistema defensivo mais estruturado — o *limes* (Baatz, 1993, pp. 14–20; Kemkes; Scheuerbrand; Willburger, 2006, p. 239; Schallmayer, 2006, pp. 22, 52–54; Todd, 2004, pp. 52–53; Wolters, 2020, pp. 114–116). Nesse período inicial, o *limes*⁵ consistia, muito provavelmente, em uma larga zona de fronteira desmatada, pontuada por torres de observação de madeira posicionadas a intervalos regulares, cerca de um quilômetro entre si, com função primária de vigilância e controle territorial (Bödecker, 2021, p. 39).



Figura 6. Sestércio de Domiciano com a imagem da *Germania capta*.

Fonte: Wolters, 2020, p. 115, fig. 2.4.

⁵ Segundo Isaac (1988, pp. 125–147), desde os trabalhos do século XIX de Theodor Mommsen, o termo *limes* tem sido tradicionalmente entendido como o sistema de defesa ao longo das fronteiras do Império Romano estabelecido a partir do século I EC. Contudo, o autor argumenta que, nos períodos republicano e início do Principado, as fontes literárias utilizavam os termos *fines* e *termini* para designar as fronteiras, enquanto *limes* referia-se originalmente às estradas militares construídas com recursos públicos para facilitar o deslocamento das tropas. Foi somente a partir do século II EC que *limes* passou a significar uma zona fronteiriça caracterizada pela presença de muros, fortes ou postos de observação. Nos séculos III e IV EC, especialmente durante os reinados de Diocleciano e Constantino, o termo adquiriu um novo significado, passando a designar uma política administrativa formal para o controle das fronteiras, implementada por um comandante militar denominado *dux*. Nesse período, também surgiu o termo *limitanei*, referindo-se às tropas estacionadas especificamente nas fronteiras para conter as crescentes invasões “bárbaras”. Apesar disso, o termo *limes germanicus* tem sido empregado para definir uma área fronteiriça linear, fluida e militarmente controlada, dotada de infraestrutura associada, que se estendia pelas províncias romanas da Germânia Inferior, Germânia Superior e Récia, atuando no controle das vias terrestres e fluviais ao longo da fronteira e funcionando como linha de comunicação para os romanos.

Finalmente, por volta de 85 EC, a Germânia — cuja ocupação instável fora planejada por Roma desde as últimas décadas do século I AEC — foi oficialmente organizada como províncias imperiais⁶ sob os nomes de Germânia Inferior e Superior. A primeira tinha como capital a Colônia Cláudia Ara Agripinênsio, situada na atual cidade de Colônia (Bechert, 2007, pp. 27–28; Eck, 2004, pp. 63–137, 2008, p. 243, 2021, p. 111; Hanel, 2020, p. 190), enquanto a segunda tinha como capital a cidade de Mogonciaco, atual Mainz, e anexava uma grande porção do território da Gália Lugdunense e os assentamentos helvécios da região.

Reassentamento, identidade e urbanização: os cugernos e a formação da Colônia Úlpia Trajana

Conforme discutido acima, ao longo de mais de um século, a expansão da influência romana sobre o oeste e centro-oeste, bem como as reações de grupos e indivíduos locais a essa expansão, alteraram profundamente as paisagens sociopolíticas então existentes. Embora esse processo tenha ocorrido de forma gradual e a ocupação da Germânia, conforme planejada por Augusto, não tenha sido integralmente concretizada, muitos dos assentamentos fundados nesse período mantiveram sua importância em períodos posteriores. Um exemplo emblemático é o assentamento dos cugernos, que foi posteriormente elevado à categoria de colônia romana, passando a se chamar Colônia Úlpia Trajana, localizado na atual cidade de Xanten.

De acordo com as narrativas presentes nas fontes textuais, a origem desse assentamento está vinculada ao contexto das campanhas militares conduzidas por Tibério na Germânia, ainda durante o governo de Augusto, entre 12 e 11 AEC, contra os sugambros — uma tribo germânica cujos territórios situavam-se na margem direita do Reno, entre os rios Ruhr e Sieg. Após a vitória romana, Tibério teria promovido o reassentamento de aproximadamente 40.000 membros dessa tribo na margem ocidental do Baixo Reno, por volta de 8 AEC. Esse processo de deslocamento populacional, que pode ter ocorrido tanto de forma coercitiva quanto voluntária, resultou na formação de um novo grupo, o qual passou a ser identificado nas fontes romanas como cugernos (*cugerni/cuberni/ciberni*) (Bechert, 2007, p. 18; Patalan, 2021, p. 366; Plínio, o Velho, *Naturalis historia*, IV.17 (31); Precht, 2008, pp. 198–199; Tácito, *Historiae*, V.16; V.18).

Pesquisas arqueológicas, no entanto, têm direcionado as hipóteses para uma perspectiva distinta, questionando não apenas se o assentamento foi efetivamente fundado a partir de um núcleo demográfico exclusivamente germânico, mas também o período preciso de sua fundação. Pesquisadores como Precht (2008, p. 198), por exemplo, argumentam que, embora se defenda a ideia da formação do assentamento a partir da realocação dos germânicos sugambros, vestígios de elementos germânicos na cerâmica ou nas estruturas arqueológicas remanescentes do assentamento não foram identificadas nas fases referentes ao início da ocupação do local (Precht, 2008, p. 198).

⁶ Eck (2021, p. 111) explica que a designação das duas zonas militar/administrativas foi uma declaração política dirigida à classe dominante urbana romana, destacando a conquista de Domiciano ao completar o plano inacabado de Augusto de conquistar a Germânia. Após o estabelecimento das províncias da Germânia Inferior e Superior, os títulos dos representantes do imperador, os *legati Augusti pro praetore*, foram modificados para incluir *provinciae Germaniae inferioris e superior*, respectivamente.

Ademais, os indícios mais precisos acerca da fundação do povoamento na área indicam datações mais tardias (Precht, 2008; Schalles, 2008). Por exemplo, fragmentos de cerâmica romana recuperados ao longo de mais de sete décadas de escavações nas camadas mais antigas do assentamento foram datados a partir do final do governo de Augusto ou do início do governo de Tibério. Conforme argumenta Precht (2008, pp. 206–207), tais evidências indicam que a primeira ocupação nessa região deve ter ocorrido aproximadamente entre 10 e 20 EC, tendo-se prolongado, provavelmente, até o início do governo de Cláudio.

Embora existam poucos vestígios arqueológicos dos primeiros edifícios do assentamento pré-colonial, é evidente que as construções foram feitas em pau a pique (*wattle and daub*) e estavam concentradas próximas ao braço do Reno e a leste da via que conectava a região a outros assentamentos romanos (Precht, 2008; Zieling, 1989, 2001). Indústrias como olarias, açougues, curtumes e sapatarias foram identificadas próximas ao porto (Hanel, 2020, p. 201; Rothenhöfer, 2018, pp. 76–83). Contextos funerários com objetos de sepultamento datados do início do século I EC encontrados na área construída fornecem outra fonte de informação para o período inicial de ocupação (Bridger, 2001; Precht, 2008). Além disso, segundo Boelicke, Leih e Zieling (2001, pp. 70–77), a distribuição de *terra sigillata*, moedas e fíbulas do período augustano-tiberiano coincidiu com a localização dessas construções de madeira e dos sepultamentos (cf. figuras 7 e 8).



Figura 7 .Distribuição de estampas de terra sigillata datadas do período augustano-tiberiano.
Fonte: Boelicke; Leih; Zieling, 2001, p. 72, fig. 3.

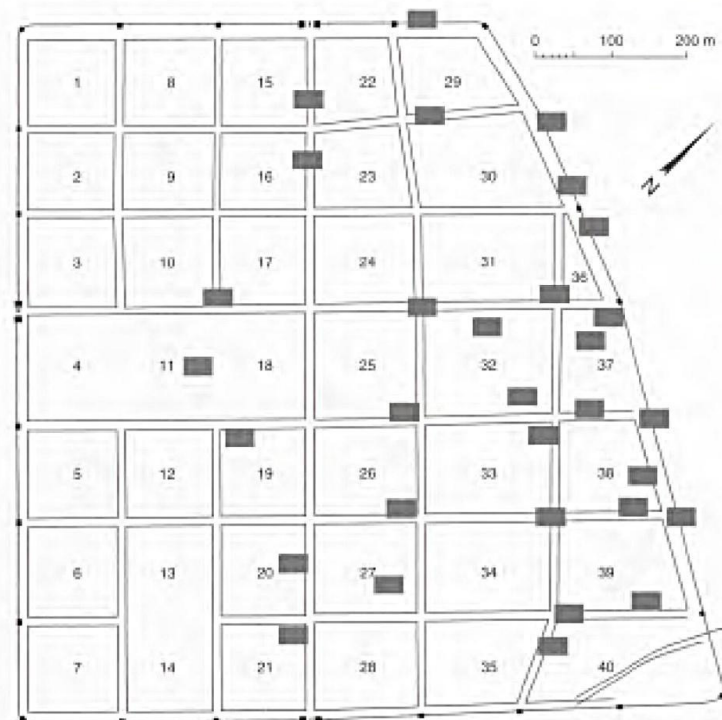


Figura 8. Sítios com remanescentes do assentamento pré-colonial datados do século I EC.
Fonte: Boelicke; Leih; Zielsing, 2001, p. 71, fig. 2.

Paralelamente, as origens e a provável denominação do assentamento pré-colonial têm sido objeto de intenso debate desde a década de 1930, conforme sintetizado por Precht (2008), Schalles (2008) e Patalan (2021). A própria terminologia (*cugernos*) passou a ser investigada com o objetivo de entender se ela foi empregada na antiguidade para se referir de fato aos sugambros.

Um avanço significativo nessa discussão ocorreu em 1979, com a descoberta de um altar votivo dedicado a Marte Cicollus, datado entre 55/56 e 68 EC, erigido pelos língones (*lingones*) “pela saúde” (*pro salute*) do imperador Nero (cf. figura 9). Este altar, localizado a aproximadamente 120 metros a oeste da área do *Hafentempel* (Templo do Porto), ostentava uma inscrição parcialmente preservada na qual se lia: CIVES LINGONVM QVI CIB (com variações propostas para as últimas letras, como CIP, CIR, GIP ou GIR). Ainda que bastante discutido, Bogaers (1989, pp. 78–80) interpretou o final da inscrição como CIB[IERNODUR]I (locativo; nominativo: *Cibernodurum*).



Figura 9. Altar votivo dedicado a Marte Cicollus pelos língones.
Fonte: Schmitz, 2008, p. 133, fig. 93.

Apesar da deterioração que impede uma leitura exata da inscrição, é notável que os dedicantes do altar fossem inequivocamente membros dos língones, um grupo gaulês romanizado estabelecido na região (Patalan, 2021, p. 366; Precht, 2008, p. 200; Rothenhöfer, 2018, p. 69). Tal evidência tem sido empregada para corroborar a hipótese de uma fundação galo-romana para o assentamento inicial, contrapondo-se à antiga suposição de que se trataria de um estabelecimento germânico autóctone (Oelmann, 1936; von Petrikovits, 1952). Conforme essa perspectiva, a população original teria sido composta predominantemente por gauleses romanizados que conviviam ao lado de veteranos das legiões romanas previamente estacionadas na região.

Conforme destaca Patalan (2021, p. 367–368), os vestígios galo-romanos predominam no conjunto dos achados arqueológicos em Xanten. Além das inscrições que mencionam explicitamente grupos gauleses — em detrimento de referências a povos germânicos —, como exemplificado pela inscrição dos língones, o traçado urbano do assentamento pré-colonial, caracterizado por ruas que se cruzam em ângulos retos, evidencia um planejamento claramente romano. De acordo com Precht (2008, p. 202, tradução nossa):

Os habitantes, predominantemente gauleses romanizados (língones e remos), se instalaram nas proximidades imediatas do acampamento de Vetera e de outros postos militares. Eles mantinham contatos econômicos com o exército, que, por sua vez, sabia aproveitar as comodidades de um assentamento civil e frequentemente se estabelecia ali após o término do serviço militar. Esses indivíduos traziam o ‘know-how’ da construção para o assentamento e/ou levavam consigo equipamentos militares, que acabavam permanecendo nas casas, especialmente após catástrofes como incêndios.

Schalles (2008, p. 258), Bechert (2007, pp. 96–97), Rothenhöfer (2018, p. 69–71) e Ruffing (2018, pp. 13–14) argumentam que o estabelecimento — ainda que temporário — de diversas instalações militares ao longo do Reno, durante as primeiras campanhas germânicas, atraiu grupos civis para a região do Baixo Reno. Esses grupos passaram a fornecer uma variedade de mercadorias e serviços para suprir as demandas das tropas, que detinham um poder aquisitivo relativamente elevado. Xanten não constituiu exceção a essa tendência: as evidências mais antigas de atividades de povoamento fora do acampamento legionário de Vetera I datam do governo de Tibério e não estão vinculadas às canabae do acampamento, mas sim a um assentamento localizado aproximadamente 2 km além da zona *intra leugam* ou *intra milia passuum*, o que coincidiria com o assentamento dos cugernos (Rothenhöfer, 2018, pp. 69–71; Schalles, 2008, p. 258).

Por outro lado, seguindo a linha das pesquisas mais antigas de von Petrikovits (1952) — que se referia ao acampamento inicial como *Kernsiedlung* (assentamento nuclear) — e de Oelmann (1936) — primeiro a propor o uso do termo *Oppidum Cugernorum* —, alguns estudiosos continuaram a defender a origem germânica nativa do assentamento, baseando-se em diferentes interpretações de fontes literárias e epigráficas, vestígios encontrados em locais de sepultamento e estruturas arquitetônicas, assim como na presença limitada de cerâmica local encontrada em certas áreas do sítio. Entre esses estudiosos estão Hinz (1971), que identificou em Xanten o centro de uma *civitas* dos cugernos; Binding (1972), que utilizou os termos *Kernsiedlung* e *cugernisches Dorf* (aldeia cugerna) ao estudar construções em madeira do século I EC encontradas em uma porção do assentamento (Insula 27); Bogaers (1989, p. 79), que sugeriu que o topônimo *Cibernodurum* expressava o *caput civitas* e o *oppidum* dos cugernos; e Rüger (2002, p. 629), que propôs a existência de um *vicus* (*vicus Cibernodurum*) nas proximidades de um acampamento militar localizado na área do futuro assentamento.

Tais teses defendem, via de regra, que a pesquisa arqueológica ainda não conseguiu determinar de forma conclusiva a origem dos cugernos. Em geral, os estudos que sustentam uma origem germânica nativa para esse assentamento propõem que os cugernos constituíam uma população germânica já estabelecida na área da futura Colônia Úlpia Trajana antes da presença romana no Baixo Reno, corroborando, assim, a ideia de uma origem autóctone para o primeiro núcleo de povoamento em Xanten. Essa perspectiva está em consonância com a designação desse núcleo como *civitas Cugernorum*. outros pesquisadores sugerem que os cugernos formavam um grupo heterogêneo, composto pelos sugambros reassentados pelos romanos, juntamente com outras tribos, como os suevos, além de membros de outros grupos nativos do Baixo Reno.

Por fim, outra teoria sugere que o período de transição estrutural e infraestrutural do assentamento pré-colonial para a colônia romana foi marcado pela presença inicial de instalações militares, as quais foram posteriormente substituídas pela ocupação civil (Schalles, 2008, p. 259). Embora essa hipótese tenha sido criticada por Precht (2008), Schalles (2008) e Hanel (2007), ela foi popularizada por K. H. Lenz na década de 1990, com base no estudo de vestígios de artefatos militares (*militaria*) encontrados na área do antigo assentamento (Lenz, 2001, 2006).

Com base nas estatísticas de distribuição desses achados, restos de construções e fontes epigráficas, Lenz postulou a existência de pelo menos quatro estruturas militares dedicadas

especialmente a unidades auxiliares, que coexistiram parcialmente de forma simultânea e sucessiva, e que possivelmente deram origem a *vici*.

A existência dessas quatro instalações militares anteriores à elevação do assentamento à condição de colônia romana ainda é objeto de debate entre os estudiosos (Hanel, 2007, pp. 367–368; Lenz, 2006, pp. 98–106; Precht, 2008, pp. 200–201; Schalles, 2008, pp. 258–263). Contudo, a alta concentração de *militaria* e os vestígios das fundações identificados próximos ao portão norte, denominado Portão Burginatium (*Burginatium-Tor*), de fato sugerem a existência de um forte militar na área (Precht, 2008, p. 194; Schalles, 2008, p. 261) (cf. figura 10).



Figura 10. Planta do assentamento pré-colonial dos cugernos com a identificação de um forte militar próximo ao Portão Burginatium.

Fonte: Adaptado de Precht, 2008, p. 195, fig. 128.

Embora a origem do assentamento pré-colonial permaneça objeto de intenso debate, essas hipóteses refletem, de distintas maneiras, as estratégias de Roma para garantir o controle da região. Em consonância com isso, a localização do assentamento em um terraço baixo, protegido contra inundações e com fácil acesso ao Reno (Hanel, 2020, p. 200), assim como seu desenvolvimento urbano interno, responderam tanto às condições geográficas e paisagísticas da área e à proximidade com o rio, quanto o papel formativo desempenhado pelo meio militar desde o início do domínio romano na região (Schalles, 2008, p. 257).

Sua localização estratégica junto às rotas fluviais e proximidade ao *Oppidum Ubiorum* — elevado à colônia romana por Cláudio por volta do ano 50 EC (Eck, 2008, pp. 243–244; Hanel, 2020,

pp. 189–199) — fizeram com que, mesmo antes de sua promoção oficial à colônia, o assentamento se consolidasse como um dos centros comerciais mais prósperos da região do Baixo Reno (Precht, 2008, p. 202). A muralha leste do assentamento contava com um porto equipado com cais de madeira e um ancoradouro de 40 metros projetando-se para o rio, que, segundo análises dendrocronológicas, data de pelo menos 46 EC (Hanel, 2020, p. 201).

Após o estabelecimento da província da Germânia Inferior, a ampliação do porto e o destacamento de tropas romanas durante o reinado de Domiciano, o assentamento dos cugernos passou por uma expansão significativa. Construções em pedra com fundações foram incorporadas, correspondendo ao tamanho e à organização espacial da futura colônia (Müller, 2008, p. 269; Precht, 2008, p. 205). Apesar disso, sua elevação à condição de colônia romana ocorreu apenas sob Trajano, entre o início de 98 e o outono de 100 EC, quando foi oficialmente nomeada como Colônia Úlpia Trajana (cf. figura 11).

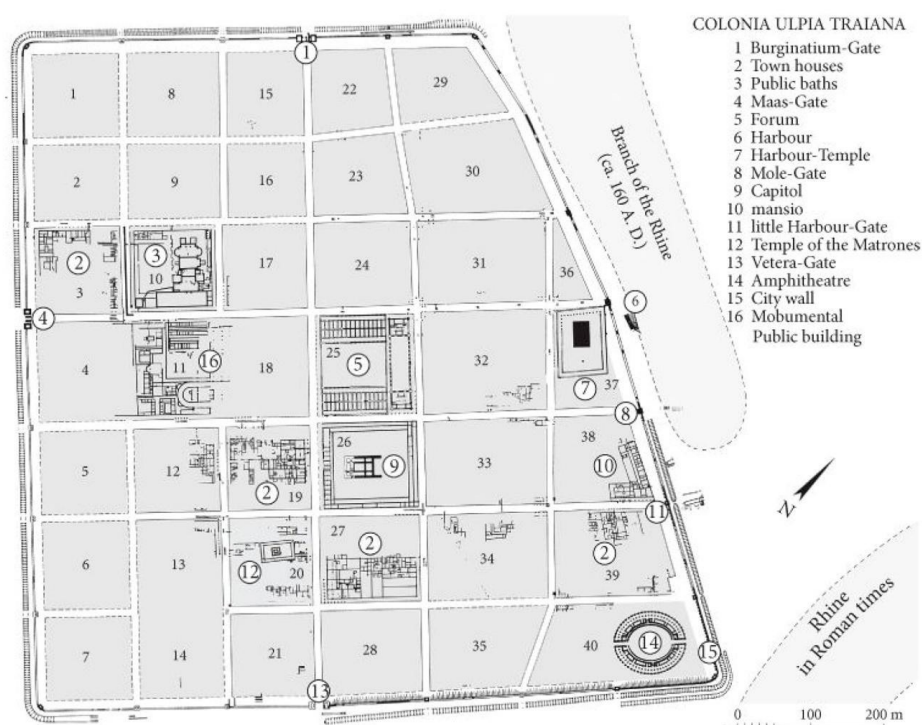


Figura 11. Configuração da Colônia Úlpia Trajana nos séculos II e III EC.
Fonte: Hanel, 2020, p. 200, fig. 4.3.

A colônia tornou-se um importante centro administrativo da *civitas Traianensis* (cf. figura 12), uma unidade administrativa equivalente a uma circunscrição governamental, que englobava os territórios dos cugernos e dos bétasos (*baetasii*) (Bechert, 2007, p. 19), bem como importantes colônias romanas, *villae* e postos comerciais, como Traiectum (atual Maastricht), Coriovallum (atual Heerlen), Kloosterbos/Houthem-Rondenbos (atual Houthem), Sablones (atual Venlo), interligados por importantes vias de comunicação (Rothenhöfer, 2018, p. 73). As fronteiras dessa *civitas* eram delimitadas pelo Reno ao nordeste, pelos territórios dos batavos ao norte e oeste, dos tungros (*tungri*) ao sudoeste, dos súnicos (*sunici*) ao sul e dos úbios ao leste (Bridger, 2008, pp. 607–608).

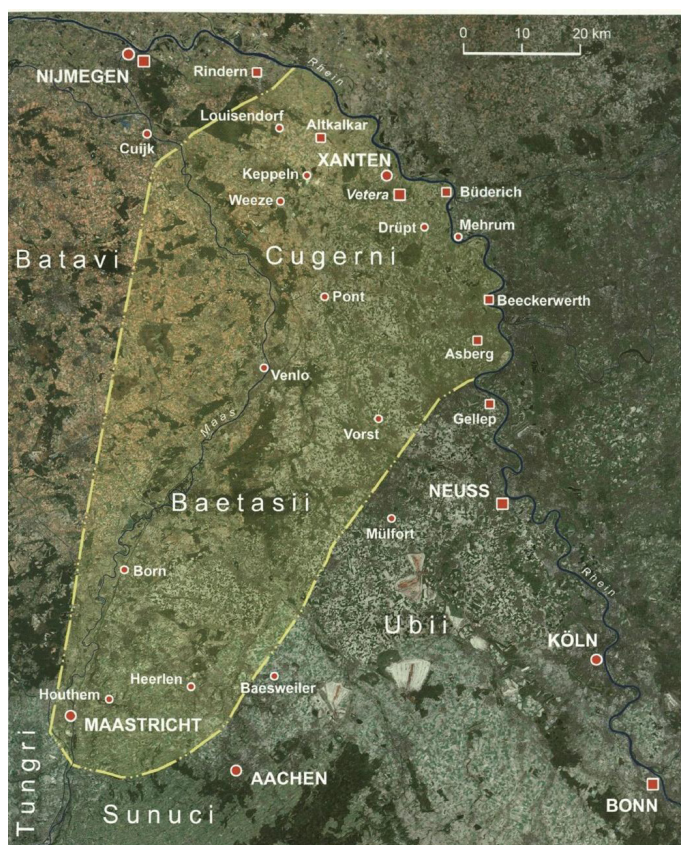


Figura 12. Mapa da *civitas Traianensis*.
Fonte: Bridger, 2008, p. 609, fig. 426.

A criação de assentamentos e cidades romanas foi crucial para a manutenção da influência romana em suas províncias, particularmente em regiões fronteiriças como o norte da Gália e a Renânia (Eck, 2008, p. 244). Esse processo dependia do apoio das elites locais, que atuavam como agentes do Estado romano, servindo como magistrados na administração local e utilizando o espaço urbano como palco para a competição política, por meio de demonstrações de riqueza e poder. Essa estratégia foi bem-sucedida no sul, no centro e, em certa medida, no norte da Gália. Contudo, era menos comum que as elites do Baixo Reno adotassem o ideal urbano romano, dado que nessas sociedades as hierarquias sociopolíticas não se mostravam tão arraigadas quanto na sociedade romana (Eck, 2007, p. 113). Tal fenômeno é evidenciado no assentamento de Weeze-Vorselaer, situado no interior da região de Colônia, onde uma presença germânica inicial foi reconhecida e comprovada pela identificação de *Wohnstallhäuser*, construções menores e casas em fossas tipicamente usadas como edificações agrícolas — estruturas intimamente conectadas à estrutura sociopolítica das tribos germânicas (Brüggl et al., 2020, pp. 41-54; Patalan, 2021, pp. 367-368).

Em Xanten, embora a colônia possivelmente tenha sido habitada simultaneamente por residentes com cidadania romana e por membros de tribos gaulesas, há indícios que sugerem que parte da população nativa pode ter oferecido resistência ao modelo de administração romana. Essa resistência se manifesta, entre outros aspectos, na ausência de edifícios públicos e de habitações em

pedra construídas segundo o estilo romano até o reinado de Domiciano. É plausível que tal postura tenha contribuído para o adiamento de transformações estruturais significativas no assentamento, as quais só teriam se concretizado após sua elevação à condição de colônia romana

Assim, a história do assentamento dos cugernos exemplifica de maneira emblemática os processos múltiplos e, por vezes, contraditórios que marcaram a construção da presença romana no Baixo Reno. Longe de representar uma simples imposição unilateral da cultura romana, o assentamento revela um cenário de negociação contínua entre populações locais, elites galo-romanas, comunidades reassentadas e autoridades imperiais. Sua fundação, evolução e posterior elevação à condição de colônia demonstram como Roma articulava elementos militares, administrativos, econômicos e simbólicos para consolidar sua presença em zonas de fronteira. Ao mesmo tempo, o caso de Xanten evidencia os limites da romanização, evidenciando que a assimilação dos modelos urbanos romanos variava conforme os contextos locais, o grau de engajamento das populações autóctones e as estratégias adotadas pelo poder central.

Considerações finais

A construção da presença romana no Baixo Reno entre os séculos I AEC e I EC foi resultado de um conjunto complexo de estratégias voltadas à consolidação territorial, ao controle de fronteiras e à integração progressiva de populações locais. Longe de ser um processo linear ou homogêneo, a romanização da região foi marcada por avanços e recuos, negociações e resistências, refletindo os desafios impostos por um território limítrofe, estratégico e cultural e etnicamente diverso.

A análise das campanhas expansionistas, da construção de infraestrutura militar e viária, e das políticas de reassentamento revela como Roma buscou transformar uma zona instável em uma fronteira operacional e administrável. A militarização do Reno, a fundação de centros urbanos e a manipulação de alianças locais — como no caso dos úbios e dos cugernos — foram instrumentos decisivos para o controle imperial.

O estudo do assentamento que daria origem à Colônia Úlpia Trajana ilustra, de forma exemplar, os modos como identidades locais foram (re)configuradas em meio à presença romana. A transformação de Xanten em um núcleo urbano e comercial reflete a interdependência entre exército, populações reassentadas e elites regionais na formação de uma nova paisagem sociopolítica.

Com isso, torna-se evidente que a romanização do Baixo Reno não se deu apenas pela força das armas, mas também pela construção de vínculos econômicos, administrativos e simbólicos que moldaram, de forma duradoura, o espaço e as identidades dessa fronteira imperial.

Referências bibliográficas

- ANDRIKOPOULOU, J.-N.; JENTER, S. Straßen und Verkehr in der Germania Inferior. **Xantener Berichte**, v. 32, pp. 202–220, 2018.
- BAATZ, D. **Der römische Limes: archäologische Ausflüge zwischen Rhein und Donau**. Berlin: Mann, 1993.
- BECHERT, T. **Germania inferior: eine Provinz an der Nordgrenze des römischen Reiches**. Mainz: von Zabern, 2007.
- BECKER, A.; RASBACH, G. “Städte in Germanien”: der Fundplatz Waldgirmes. In: WIEGELS, R. (Org.). **Die Varusschlacht: Wendepunkt der Geschichte?** Stuttgart: Theiss, 2007, pp. 102–116.
- BINDING, G. Holzbauperioden des 1. Jahrhunderts unter der Colonia Ulpia Traiana in Xanten. In: LVR-RHEINISCHES LANDESMUSEUM BONN (Org.). **Beiträge zur Archäologie des römischen Rheinlandes**. Bonn: Rheinland Verlag, 1972, v. 3, pp. 1–23.
- BÖDECKER, S. Der Niedergermanische Limes. In: CLASSEN, E. et al. (orgs.). **Roms fließende Grenzen**. Darmstadt: wbg Theiss, 2021, pp. 34–47.
- BOELICKE, U.; LEIH, S.; ZIELING, N. Untersuchungen zu ausgewählten Fundgattungen des 1. Jahrhunderts auf dem Areal der Colonia Ulpia Traiana. **Xantener Berichte**, v. 9, pp. 69–78, 2001.
- BOGAERS, J. E. A. T. Zum Namen des oppidum Cugernorum”. In: PRECHT, G.; SCHALLES, H.-J. (orgs.). **Spurenlese**. Beiträge zur Geschichte des Xantener Raumes. Colônia: Rheinland-Verlag, 1989. pp. 77–80.
- BRIDGER, C. Die civitas Traianensis – das römische Umland von Xanten. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.). **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008, pp. 607–626.
- BRIDGER, C. Gräber des 1. Jahrhunderts auf dem Areal der Colonia Ulpia Traiana. **Xantener Berichte**, v. 9, pp. 57–67, 2001.
- BRÜGGLER, M. et al. The Hinterland of the Colonia Ulpia Traiana (Xanten): Supply Basis for the Town? In: BENTZ, M.; HEINZELMANN, M. (orgs.). **Proceedings of the 19th International Congress of Classical Archaeology Cologne/Bonn, 22–26 May 2018**. Archaeology and Economy in the Ancient World. Heidelberg: Heidelberg University Library, 2020. pp. 41–54.
- BUNNIK, F. P. et al. Archäopalynologische Betrachtungen zum Kulturwandel in den Jahrhunderten um Christi Geburt. **Archäologische Informationen**, v. 18, n. 2, pp. 169–185, 1995.
- BUURMAN, J. Carbonised plant remains and phosphate analysis of two Roman period house plans with sunken byres at Oosterhout. **Berichten van de Rijksdienst voor het Oudheidkundig Bodemonderzoek**, v. 40, pp. 285–296, 1990.
- CÁSSIO DIO. **Dio Cassius Roman History**. Livros LIV a LIV e XLVIII. Tradução de E. CARY. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- ECK, W. Die Gründung der Colonia Ulpia Traiana in ihrem politischen Kontext. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.), **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008, pp. 243–255.
- ECK, W. Die Provinz Germania inferior. Anfänge, Struktur und Entwicklung bis zur Spätantike. In: CLASSEN, E. et al. (orgs.). **Roms fließende Grenzen**. Darmstadt: wbg Theiss, 2021, pp. 108–117.
- ECK, W. **Köln in römischer Zeit: Geschichte einer Stadt im Rahmen des Imperium Romanum**. Colônia: Greven, 2004.
- ECK, W. **The Age of Augustus**. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- ERDKAMP, P. **Hunger and the Sword: warfare and food supply in Roman Republican wars (264–30 BC)**. Amsterdã: J. C. Gieben, 1998.

- FREYBERG, B. **Südgallien im 1. Jahrhundert v. Chr.**: Phasen, Konsequenzen und Grenzen römischer Eroberung (125–26/22 v. Chr.). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1999.
- GECHTER, M. Die Anfänge des Niedergermanischen Limes. **Bonner Jahrbücher**, v. 179, pp. 1–138, 1990.
- GECHTER, M. Early Roman military installations and Ubian settlements in the Lower Rhine. In: BLAGG, T.; MILLET, M. (eds.). **The Early Roman Empire in the West**. Oxford, Filadélfia: Oxbow Books, 1990, pp. 97–102.
- GROS, P. **Gallia Narbonensis**: eine römischer Provinz in Südfrankreich. Mainz: von Zabern, 2008.
- HANEL, N. Archaeology of Germania Inferior: Urbanization. In: JAMES, S.; KRMNICEK, S. (eds.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Roman Germany**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2020, p. 188–222.
- HANEL, N. Xanten: die Militärlager. In: BECK, H.; GEUENICH, D.; STEUER, H. (eds.). **Reallexikon der Germanischen Altertumskunde**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007, pp. 364–369.
- HEATHER, P. Roms nordwestliche Grenze. In: CLASSEN, E. et al. (orgs.). **Roms fließende Grenzen**. Darmstadt: wbg Theiss, 2021, p. 95–105.
- HINZ, H. Bericht über die Ausgrabungen in der Colonia Ulpia Traiana bei Xanten. In: LVR-RHEINISCHES LANDESMUSEUM BONN (org.). **Beiträge zur Archäologie des römischen Rheinlandes**. Colônia: Rheinland-Verlag, 1971, v. 2, pp. 96–199.
- HORN, H. G. Das Leben im römischen Rheinland. In: HORN, H. G. (ed.). **Die Römer in Nordrhein-Westfalen**. Hamburgo: Nikol Verlagsgesellschaft, 2002, pp. 139–317.
- ISAAC, B. The Meaning of the Terms Limes and Limitanei. **The Journal of Roman Studies**, v. 78, pp. 125–147, 1988.
- JOHNE, K.-P. **Die Römer an der Elbe**: das Stromgebiet der Elbe im geographischen Weltbild und im politischen Bewusstsein der griechisch-römischen Antike. Berlin: Akademie Verlag, 2006.
- JÚLIO CÉSAR. **Commentarii de Bellum Galicum**, Tradução de Francisco Sotero dos Reis. São Paulo: Edições Cultura, 1941.
- KEMKES, M.; SCHEUERBRAND, J.; WILLBURGER, N. **Der Limes**: Grenze Roms zu den Barbaren. Ostfildern: Thorbecke, 2006.
- KREUZ, A. How to become a Roman farmer: a preliminary report on the environmental evidence from the Romanization project. **Roman Germany: Studies in Cultural Interaction**, v. 32, n. JRA Supplement, pp. 71–98, 1999.
- KÜHLBORN, J.-S. Auf dem Marsch in die Germania Magne – Roms Krieg gegen die Germanen. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.). **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008, pp. 67–91.
- KUNOW, J. Die Militärgeschichte Niedergermaniens. In: HORN, H. G. (ed.). **Die Römer in Nordrhein-Westfalen**. Hamburgo: Nikol Verlagsgesellschaft, 2002, pp. 27–109.
- LENZ, K. H. Militaria des 1. Jahrhunderts n. Chr. aus dem Areal der Colonia Ulpia Traiana. **Xantener Berichte**, v. 9, pp. 79–85, 2001.
- LENZ, K. H. **Römische Waffen, militärische Ausrüstung und militärische Befunde aus dem Stadtgebiet der Colonia Ulpia Traiana (Xanten)**. Bonn: Habelt, 2006.
- METZLER, J. Das treverische Oppidum auf dem Titelberg (Luxemburg). In: RHEINISCHES LANDESMUSEUM TRIER (ed.). **Trier, Augustusstadt der Treverer**. Stadt und Land in vor- und frühromischer Zeit. Mainz: von Zabern, 1984, pp. 68–78.
- MÜLLER, M. Die städtebauliche Entwicklung von der Coloniagründung bis zur Spätantike. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.). **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008, pp. 269–276.
- OELMANN, F. Bericht über die Tätigkeit des Landesmuseums in Bonn in der Zeit vom 1. April 1934 bis 31. März 1935. **Bonner Jahrbücher**, v. 140/141, pp. 429–464, 1936.

- PATALAN, K. Die Cugerner im Umland von Xanten. In: CLASSEN, E. et al. (orgs.). **Roms fließende Grenzen**. Darmstadt: wbg Theiss, 2021, pp. 366-371.
- PLÍNIO, O VELHO. **Natural History**. Livros III a VII. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1942.
- PRECHT, G. Die früheste römische Besiedlung im Gebiet der späteren CUT. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.). **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008. pp. 171-209.
- RALSTON, I. The Gauls on the eve of the Roman conquest. In: FRITZPATRICK, A. P.; HASELGROVE, C. (eds.). **Julius Caesar's Battle for Gaul: New Archaeological Perspectives**. Oxford, Filadélfia: Oxbow Books, 2019, pp. 62-100.
- RASBACH, G. Die römische Stadt von Lahnbach-Waldgirmes: Kelten, Germanen und Römer im Lahntal. **Mitteilungen des Oberhessischen Geschichtsvereins Gießen**, v. 95, pp. 1-22, 2010.
- REDDÉ, M. Germanien und die Verteidigung Galliens. In: CLASSEN, E. et al. (orgs.). **Roms fließende Grenzen**. Darmstadt: wbg Theiss, 2021, pp. 64-73.
- ROKOHL, L. Wege zur Macht. Römische Straßen im Rheinland. In: CLASSEN, E. et al. (orgs.). **Roms fließende Grenzen**. Darmstadt: wbg Theiss, 2021, pp. 134-141.
- ROTH, J. P. **The Logistics of the Roman army at war: 264 BC-AD 235**. Leiden, Boston, Colônia: Brill, 1999.
- ROTHENHÖFER, P. Wirtschaft und Handel am unteren Niederrhein. **Xantener Berichte**, v. 32, pp. 69-88, 2018.
- RUFFING, K. Wirtschaft und Handel in der Römischen Kaiserzeit. **Xantener Berichte**, v. 32, pp. 3-24, 2018.
- RÜGER, C. B. Colonia Ulpia Traiana. In: HORN, H. G. (ed.). **Die Römer in Nordrhein-Westfalen**. Hamburgo: Nikol Verlagsgesellschaft, 2002. pp. 626-638.
- SCHALLES, H.-J. Die städtebauliche Entwicklung vom Beginn der römischen Okkupation bis zum Ende des 1. Jahrhunderts n. Chr. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.). **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008, pp. 257-267.
- SCHALLES, H.-J. Überlegungen zur Planung der Colonia Ulpia Traiana und ihrer öffentlichen Bauten im Spiegel städtischer Architektur des 2. Jahrhunderts n. Chr. **Xantener Berichte**, v. 6, pp. 379-428, 1995.
- SCHALLMAYER, E. **Der Limes**. Geschichte einer Grenze. Munique: CH Beek, 2006.
- SCHMITZ, D. Der Bataveraufstand im Kontext des römischen Bürgerkrieges 68-70 n. Chr. In: MÜLLER, M.; SCHALLES, H.-J.; ZIELING, N. (orgs.). **Colonia Ulpia Traiana**. Xanten und sein Umland in römischer Zeit. Mainz: von Zabern, 2008, pp. 117-140.
- SCHNURBEIN, S. von. **Die römischen Militäranlagen bei Haltern**: Bericht über die Forschungen seit 1889. Aschendorff, 1974.
- TÁCITO. **Agricola and Germania**. Tradução de Harold Mattingly. Londres: Penguin Group, 2009.
- TÁCITO. **Annales**. Livros I a XIII. Tradução de Pierre Willeumier e H. J. E. Goelzer. Paris: Les Belles-Lettres, 1938, 1974.
- TÁCITO. **Histoires**. Livros IV a V. Tradução de Henri Le Bonniec. Paris: Les Belles-Lettres, 1987.
- TODD, M. **The Early Germans**. 2 ed. Malden, Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- VON PETRIKOVITS, H. Die Ausgrabungen in der Colonia Traiana bei Xanten: die Ausgrabung der Kernsiedlung und der Uferanlagen (1934-1936). **Bonner Jahrbücher**, v. 112, pp. 41-161, 1952.
- WILLEMS, W. J. H. **Romans and Batavians**. A regional study in the Dutch Eastern River Area. 1986. Dissertação (doutorado). Universidade de Amsterdã, Amsterdã, 1986.
- WOLTERS, R. Emergence of the Provinces. In: JAMES, S.; KRMNICEK, S. (eds.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Roman Germany**. Nova Iorque: Oxford University

- Press, 2020, pp. 83–120.
- WOOLF, G. The Gallic Wars in Roman History. In: FRITZPATRICK, A. P.; HASELGROVE, C. (eds.). **Julius Caesar's Battle for Gaul: New Archaeological Perspectives**. Oxford, Filadélfia: Oxbow Books, 2019, pp. 49–61.
- ZIELING, N. Konstruktionstypen vorcoloniazeitlicher Gebäude auf dem Areal der Colonia Ulpia Traiana. **Xantener Berichte**, v. 9, pp. 27–36, 2001.
- ZIELING, N. Zum Stand der Vorcoloniaforschung auf dem Gebiet der Colonia Ulpia Traiana. In: PRECHT, G.; SCHALLES, H.-J. (orgs.). **Spurenlese**. Beiträge zur Geschichte des Xantener Raumes. Colônia: Rheinland-Verlag, 1989. pp. 93–104.

